



MANUAL

GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA PROTEÇÃO DE EDIFICAÇÕES

USO DO FOGO

NOTA PRÉVIA



As florestas constituem um espaço de biodiversidade, de proteção de solos e recursos hídricos, de fixação de carbono atmosférico, de recreio, lazer e produção de riqueza. Fator de crescimento socioeconómico, a floresta oferece-nos inúmeros bens e produtos.

A defesa da floresta e a sua conservação obrigam a uma correta atuação do Homem quer ao nível da gestão, quer do seu comportamento perante os espaços florestais. Os incêndios florestais representam a maior ameaça para a conservação florestal, proteção de pessoas, bens e edifícios.

A sociedade deverá atuar no sentido de alterar comportamentos de risco, passíveis de originar tais adversidades.

A Câmara Municipal de Vagos pretende, com a elaboração deste manual, contribuir para a salvaguarda do património florestal e reduzir o risco de perda de vidas humanas.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA

Silvino Regalado

1. INTRODUÇÃO

A MANUTENÇÃO DOS ECOSISTEMAS FLORESTAIS TEM UMA GRANDE IMPORTÂNCIA NO EQUILÍBRIO NATURAL, NA VIDA SOCIAL E NA ECONOMIA DAS REGIÕES. POR ESTA RAZÃO, A PRESERVAÇÃO E A DEFESA DOS ESPAÇOS FLORESTAIS É FUNDAMENTAL.

Este manual pretende elucidar a população sobre os procedimentos a adotar para o cumprimento da legislação em vigor, bem como alertar para os benefícios das ações de gestão na proteção das edificações e para os perigos decorrentes de comportamentos de risco. Foi elaborado com base no Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, não dispensando a sua consulta.



2. AÇÕES DE DEFESA DA FLORESTA

2.1. Ações coordenadas pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF)

PLANEAMENTO

A CMDF elabora o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI), que contém as medidas necessárias à defesa da floresta, em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta e com o respetivo planeamento distrital de defesa da floresta, articulando a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta. O PMDFCI poderá ser consultado na Câmara Municipal. Poderá obter mais esclarecimentos junto do Gabinete Técnico Florestal (GTF).

SENSIBILIZAÇÃO

As ações de sensibilização têm como objetivo consciencializar e alertar a população, nomeadamente jovens, população rural, agricultores, proprietários florestais e população urbana, para os perigos que representam algumas práticas diárias, muitas vezes aliadas ao uso do fogo, de forma a diminuir o número de ocorrências.

Fig. 1 - Ação de sensibilização junto da população escolar





Fonte: Eng. Rodolfo Alves

Fig. 2 - Faixa de gestão de combustível



Fonte: Eng. Rodolfo Alves

Fig. 3 - Rede viária florestal

SILVICULTURA

As ações de silvicultura preventiva e gestão de combustível (FGC) permitem ordenar o território, criando a descon continuidade horizontal e vertical da carga combustível nos espaços rurais, através da modificação ou da remoção parcial ou total da biomassa vegetal (limpeza de matos, desbastes, desramações), diminuindo a intensidade de um fogo, dificultando a sua transmissão entre árvores contíguas e minimizando a possibilidade do seu desenvolvimento vertical.

INFRAESTRUTURAS FLORESTAIS

As infraestruturas nas florestas, nomeadamente a rede viária e pontos de água, permitem apoiar o combate a incêndios florestais

2.2. Ações da responsabilidade civil

Os incêndios, as pragas e as doenças, são os principais perigos que ameaçam a floresta. Destes, os incêndios são os mais destrutivos.

Os incêndios florestais têm origem em causas naturais (trovoadas), ou causas humanas (negligência: queimas, queimadas, cigarros mal apagados; acidentais: operações florestais; intencionais: fogo posto).

As consequências são a destruição de milhares de hectares de floresta, a morte de animais, habitações destruídas, vidas humanas perdidas, entre muitas outras.

É um problema de toda a sociedade, sendo por isso necessário que os cidadãos, desde os mais novos aos mais adultos, do meio rural ao meio urbano, passem a ter um papel mais ativo na resolução deste problema e não simplesmente como espetadores.

Cabe assim a todos cumprir todas as regras de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente as estipuladas para o período

crítico (definido anualmente em portaria) e fora dele, nos dias de risco de incêndio muito elevado e máximo, como também todas as regras de execução de faixas de gestão de combustível.

Para consultar o risco de incêndio diário contacte o Gabinete Técnico Florestal da sua Câmara, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas ou o Instituto de Meteorologia.

<http://www.cm-vagos.pt>

<http://www.icnf.pt>

<http://www.ipma.pt>



Fig. 4 - Incêndio



EM CASO DE INCÊNDIO
LIGUE 112

3. *GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS*

PORQUÊ E PARA QUÊ?

O comportamento do fogo é determinado por três fatores: topografia, meteorologia e vegetação. Apenas o último pode ser modificado pelo Homem, através da gestão de combustíveis.

Entende-se por gestão de combustíveis (GC), a redução do material vegetal e lenhoso, de modo a dificultar a propagação do fogo na vertical (do estrato herbáceo para as copas) e na horizontal (ao longo dos diferentes estratos).



Fig. 5 - Concentração de meios de combate à volta da habitação sem FGC.

A GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

Permite aos bombeiros intervir com mais eficácia e mais segurança na propriedade alvo de GC, porque o fogo, ao atingir estas áreas, perde intensidade devido à diminuição de combustível para queimar. Assim, a sua casa está melhor protegida.

Diminui a probabilidade de um incêndio accidental a partir da sua propriedade (na confeção de alimentos, queima de sobrantes agrícolas, etc.).

No caso de um incêndio de grandes proporções, a GC permite diminuir os meios de combate sobre as habitações e concentrar mais elementos disponíveis para o combate na defesa da floresta.

Efetuar a GC não significa eliminar toda a vegetação. O terreno pode ter vegetação arbustiva e arbórea que cumpra o previsto no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

Uma árvore, desde que podada e localizada a mais de cinco metros das edificações, pode ser mantida.

4. GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

De acordo com o artigo 15.º do decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, é obrigatória a gestão de combustíveis (GC) à volta das edificações e aglomerados populacionais.

4.1. Onde fazer a Gestão de Combustível

É obrigatório proceder à gestão de combustíveis à volta das edificações (habitações, estaleiros, armazéns, oficinas ou outros equipamentos), inseridas nos espaços rurais e nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais e previamente definidos no PMDFCI.

Esta faixa é medida a partir da alvenaria exterior da edificação.

4.2. Responsável pela Gestão de Combustível

São obrigados a executar a gestão de combustível todos os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que detenham terrenos inseridos nas faixas de gestão de combustível, mesmo que não sejam proprietários das edificações.

4.3. COMO FAZER A GC

No coberto arbóreo, sempre que possível, a distância entre copas deverá ter, no mínimo, quatro metros e ter a base das copas à altura mínima de quatro metros;

As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciados, no mínimo, cinco metros da edificação, evitando-se a sua projeção sobre a cobertura do edifício;

Deverão ser removidas as ervas secas, folhas mortas, casca dos pinheiros e ramos que se encontram no chão, na cobertura dos edifícios, caleiras, algerozes e passadiços de madeira;

Deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis ao longo da FGC.

4.4. Época de implementação ou manutenção da FGC

Os trabalhos de gestão de combustível deverão ser realizados entre novembro e abril. Neste período evita-se, também, a propagação de pragas e doenças como o Nemátodo da Madeira do Pinheiro, pois não se está a trabalhar durante o período de voo da maioria dos insetos.

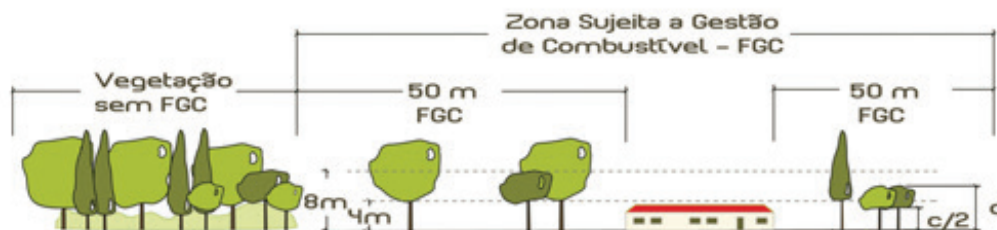


Fig. 6 - Esquema exemplificativo de implementação de uma Faixa de Gestão de Combustível.

5. TÉCNICAS SILVÍCOLAS

As operações de desbaste, desramação e limpeza de mato a empregar, poderão ser manuais ou mecânicas. Devem ser executadas com a finalidade de aumentar a resistência ao fogo dos povoamentos e formações vegetais.

5.1. Técnicas manuais e mecânicas

DESBASTE

De forma a reduzir o número de árvores e planejar criteriosamente quais se devem manter e remover, será necessário ter em conta as seguintes recomendações:

Eliminar prioritariamente árvores decrépitas e doentes;

Espaçamento entre copas deverá corresponder a quatro metros (mínimo);

Em árvores com rebentamento de toixa (ex.: eucalipto), o cepo deverá ser arrancado, destroçado ou desvitalizado com produto fitofarmacêutico adequado, pincelando o cepo;

No desbaste de árvores de médio e grande porte, **dever-se-á ter em conta a orientação da queda de árvores, a fim de evitar danos nas restantes árvores, edificações, rede elétrica, etc.**

DESRAMAÇÃO

A altura da desramação é determinada pela altura da árvore. Assim, para árvores com altura superior a oito metros, a desramação deverá ser efetuada até quatro metros do solo. Para árvores inferiores a oito metros, a desramação deverá ser efetuada até metade da altura da árvore.

Os cortes devem ser efetuados em bisel de modo a evitar a acumulação de água, devendo ser executados o mais rente possível do tronco, deixando um toco com comprimento da espessura de um dedo, para não ferir a árvore, proporcionar uma rápida cicatrização e diminuir também a suscetibilidade de ataques de pragas e doenças.

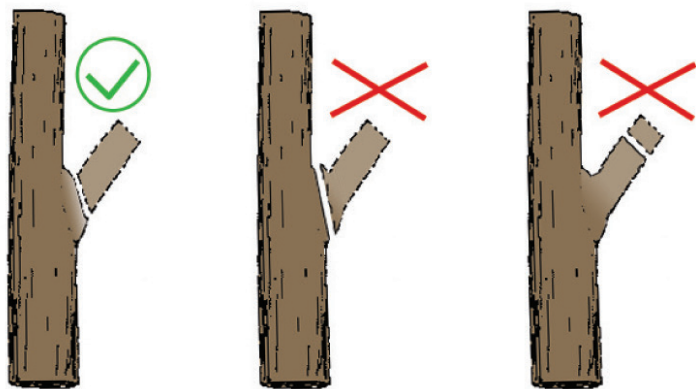


Fig. 7 - Esquema exemplificativo de uma correta desramação

LIMPEZA DE MATO

Os arbustos devem ser eliminados de forma a diminuir a descontinuidade vertical e horizontal da vegetação, proporcionando uma interrupção de combustível à passagem de incêndios.

Junto às árvores, os matos deverão ser eliminados manualmente com motosserra ou motorroçadora, para não danificar o tronco da árvore e a raiz com alfaías pesadas.

Os restantes arbustos poderão ser eliminados com cortamatos, roçadoras ou grade de discos.



Fig. 8 - Corte e destroçamento com motorroçadora

Na execução de todos estes trabalhos, deverão ser cumpridas todas as regras de segurança e de manuseamento das máquinas, bem como a utilização de equipamento de proteção individual.

5.2. Sobrantes



Fig. 9 - Material vegetal cortado e destruído

O material vegetal resultante da limpeza de mato deverá ser, preferencialmente, destruído e disperso pelo terreno, ou, em alternativa, retirado do local.

5.3. O sobreiro e a azinheira

O abate de sobreiros e azinheiras é efetuado mediante autorização da autoridade florestal Nacional.

Legislação aplicável:

- // Decreto-lei n.º 169/2001, de 25 de maio;
- // Decreto-lei n.º 155/2004, de 30 de julho;
- // Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, artigo 13.º, n.º 7.

6. USO DO FOGO

Nos espaços rurais, durante o período crítico e fora dele, sempre que o risco de incêndio florestal seja muito elevado ou máximo, é proibido:

FAZER QUEIMAS



Fonte: AFN

Não queimar sobrantes agrícolas ou florestais (exceto por exigências fitossanitárias obrigatórias, e na presença de uma equipa de bombeiros).

Fig. 10 - Queima

FAZER QUEIMADAS



Fonte: AFN

A realização de queimadas só é permitida fora do período crítico, e após licenciamento na respetiva Câmara Municipal, na presença de um técnico credenciado em fogo controlado, ou, na sua ausência, de uma equipa de bombeiros.

Fig. 11 - Queimada

FAZER FOGUEIRAS

No período crítico, não é permitido realizar fogueiras para recreio, lazer ou para confecção de alimentos, bem como utilizar equipamentos de queima e de combustão destinados à iluminação ou à confecção de alimentos.

Excetua-se a proibição para a confecção de alimentos quando em locais expressamente previstos para o efeito e devidamente identificados como tal.



Fig. 12 - Local adequado para a confecção de alimentos

7. RECOLHA DE MONOS

NÃO DEITE FORA OS SEUS MONOS USADOS. VAMOS PROTEGER O AMBIENTE!

Monos - nome que vulgarmente se utiliza para definir os resíduos volumosos sem utilidade.

Exemplos:

- Móveis velhos;
- Eletrodomésticos usados (frigoríficos, televisores, fogões, etc.);
- Colchões



Fig. 13 - Monos



Fig. 14 - Monos

Para dar destino certo aos seus monos que tem em sua casa, o pedido deve ser efetuado junto da Câmara Municipal de Vagos através do número 234 799 600. O serviço é gratuito e a recolha é realizada na 1.ª quarta-feira de cada mês.

8. CONTACTOS ÚTEIS

Câmara Municipal de Vagos	234 799 600
Gabinete Técnico Florestal	234 799 600
Bombeiros Voluntários de Vagos.....	234 799 750
GNR de Vagos	234 791 512
Centro de Saúde de Vagos	234 799 700



GABINETE TÉCNICO FLORESTAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VAGOS